

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA
EXECUÇÃO CONTRATUAL – RELAC**

**PORTO SECO RODOVIÁRIO
CANOAS- RS**

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A. (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JULHO A DEZEMBRO DE 2017

Relatório da Execução Contratual de permissão do Porto Seco acima identificado, conforme disposto no inciso II do art. 34 da IN RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011.

I - Realizei com a concessionária ou permissionária, reuniões periódicas, previamente planejadas e registradas em ata, com a finalidade de analisar e acompanhar a execução dos serviços no terminal;			
<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	Data:	Local de arquivamento das atas:
Observações: Foram realizadas reuniões periódicas com o fim de acompanhar a execução dos serviços no Porto Seco. Não houve a lavratura de Atas.			
II - Certifiquei-me de que a concessionária ou permissionária realizou o pagamento de todas as taxas e emolumentos necessários à execução dos serviços no terminal e cumpriu as demais obrigações previstas em contrato;			
<input type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> sim		
Observações:			
III - Exigi da contratada o fiel cumprimento das normas de segurança do trabalho, bem como a manutenção das instalações do terminal em bom estado de limpeza, organização e conservação;			
<input checked="" type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim		
Observações:			
IV - Exigi que, por parte da concessionária ou permissionária, fosse fielmente executado o que foi proposto na concorrência, em especial, a prestação adequada dos serviços, a conformidade dos recolhimentos ao FUNDAF e a observância da tarifa cobrada dos usuários;			
<input checked="" type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim		
Observações:			
V - Demandeí da concessionária ou permissionária o cumprimento das formalidades objeto de autorizações específicas e propus, em caso de descumprimento dessas formalidades, o cancelamento de tais autorizações;			
<input type="checkbox"/> Não, a contratada cumpriu espontaneamente	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não há autorizações específicas	
Observações:			
VI - Ofereci, quando necessário, esclarecimentos e soluções técnicas para problemas identificados na execução dos serviços;			
<input type="checkbox"/> Não, não foi necessário	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A. (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JULHO A DEZEMBRO DE 2017

Observações: Foi dado esclarecimento à Diretoria da Permissionária Bagergs sobre o devido cumprimento dos requisitos técnicos e operacionais legais exigidos para o devido funcionamento do Porto Seco de Canoas/RS, segundo determina a Portaria RFB nº 3.518/2011 com as atualizações das Portarias RFB nº 113/2013 e 1001/2014.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A. (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JULHO A DEZEMBRO DE 2017

VII – Levei ao conhecimento da SRRF jurisdicionante os problemas cujas soluções não eram de minha alçada e que poderiam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços ou comprometê-los futuramente;

☒ Não houve problemas desta natureza ☐ Sim

VIII – Propus à autoridade contratante a aplicação de penalidade à concessionária ou permissionária, observando o disposto nas normas legais pertinentes

☒ Não ☐ Sim

IX – Organizei arquivo contendo toda a documentação relativa à execução dos serviços no terminal;

☒ Sim ☐ Local de arquivamento da documentação: EAD3

Observações: Toda a documentação referente ao controle do presente contrato encontra-se arquivado na EAD-3 (Equipe Aduaneira TRÊS) da Inspeção da Receita Federal do Brasil de Porto Alegre/RS, localizada em sala utilizada pela Receita Federal na BAGERGS.

X – Exigi da contratada o imediato ressarcimento por danos causados à SRRF ou a terceiros, durante a execução dos serviços no terminal;

☒ Não, não houve falta que causasse danos ☐ Sim

Observações:

XI – Informe à SRRF jurisdicionante, com antecedência mínima de um ano, o advento do termo contratual.

☒ Não está no prazo ☐ Sim ☐ Data da informação:

Observações:

XII – Foram realizadas auditorias e outros procedimentos de fiscalização no período?

☒ Não ☐ Sim

Resultados:

XIII – Ocorreram no período reajustes das tarifas?

☐ Não ☒ Sim

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PORTO SECO DE CANOAS/RS

PERMISSIONÁRIA: BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A. (BAGERGS)

UNIDADE DA SRF JURISDICIONANTE: INSPETORIA da R F do BRASIL de PORTO ALEGRE/RS

PERÍODO DO ACOMPANHAMENTO: JULHO A DEZEMBRO DE 2017

XIV – Ocorreram no período revisões tarifárias?

☒ Não

☐ Sim

Valores atualizados podem ser consultados no sítio www.bagergs.com.br na internet.

Parecer do Fiscal do Contrato

Nos termos do art. 21 da IN RFB nº 1.208/2011, de 04 de novembro de 2011, concluo que a permissionária Banrisul Armazéns Gerais S.A. (BAGERGS) executou a contento os serviços prestados, com nota final de avaliação geral igual a 8,62 (Serviços classificados como BONS), em uma escala de um até dez. Houve ligeira piora na qualidade dos serviços prestados, considerando-se que a nota final de avaliação geral no semestre anterior (Primeiro Semestre/2017) foi de 8,74.

Fiscal do Contrato: SANDRO MARTINI VARGAS

Matrícula: 66.040

Portaria de Designação: Portaria IRF/POA nº 14 de 16/03/2015

Lotação: INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE PORTO ALEGRE/RS

Telefone : 051-3425-7032 (direto ao ramal)

Data e assinatura


Sandro Martini Vargas
AFRFB - Matr. 66040
Chefe EAD/3 - IRF/POA (RS)

31/10/18

FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO

TIPO DE PORTO SECO/DESCRIÇÃO

PORTO SECO DE ZONA SECUNDÁRIA

LOCALIZAÇÃO DO PORTO SECO:	Av. Getúlio Vargas, nº 8201, Canoas, RS		
MODALIDADE DE OUTORGA	CONCESSÃO	X	PERMISSÃO
EMPRESA EXPLORADORA	BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.		
CNPJ	92.721.232/0001-57		
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Termo Inicial	22.10.2004	Termo Final
UNIDADE JURISDICIONANTE	IRF - PORTO ALEGRE		

SEMESTRE CIVIL

SEGUNDO SEMESTRE/2017

MÊS DO SEMESTRE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
MOVIMENTAÇÃO DO PORTO SECO	UNIDADE						
Despachos Aduaneiros	UN	1.503	1.591	1.518	1.570	1.575	1.432
Entrada de Mercadorias importadas	US\$	16.036.759	22.039.115	19.100.614	19.463.945	23.013.809	16.368.883
Entradas de mercadorias para exportação	US\$	19.113.973	36.236.750	21.321.025	17.096.229	26.870.872	23.009.283
Imposto de Importação (a receber)	R\$	5.610.478	6.282.689	5.417.043	5.032.963	5.520.510	4.107.857
IPI vinculado à importação	R\$	2.589.512	3.163.556	2.727.888	2.568.453	3.150.159	2.190.457
PIS/PASEP	R\$	1.177.917	1.171.411	1.195.921	952.077	1.002.642	895.643
COFINS	R\$	5.481.862	5.681.764	5.933.226	4.736.642	4.934.604	4.428.361
Utilização da capacidade de armazenagem	%	36,60%	32,25%	51,50%	46,50%	42,60%	28,40%
DADOS DO PERMISSARIO/CONCESS.							
Faturamento	R\$	753.988	792.554	778.013	634.771	605.236	607.965
Receitas de movimentação e armazenagem	R\$	730.258	767.827	751.760	607.278	578.051	574.666
Receitas acessórias	R\$	13.955	12.015	11.900	12.545	11.570	10.270
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL							
PA's de iniciativa da SRF	UN	0	0	0	0	0	0
PA's decorrentes de denúncia ou reclamação	UN	0	0	0	0	0	0

Auditor-Fiscal da RFB Sandro Martini Vargas, Matrícula nº 66.040, Fiscal do Contrato conforme Portaria IRF/POA nº 14 de 16 de março de 2015

Obs.: O sistema DW é a fonte dos dados nos campos "Despachos Aduaneiros", "Imposto de Importação", "IPI vinculado à importação", "PIS/PASEP e COFINS"

A fonte dos dados dos demais campos deste relatório é o relatório mensal "Informações Operacionais" fornecido pela BAGERGS



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG
Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação apresentada para registro no SICAF e arquivada na UASG Cadastradora, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

CNPJ / CPF: 92.721.232/0001-57 Validade do Cadastro: 15/01/2019
Razão Social / Nome: BANRISUL-ARMAZENS GERAIS S/A
Natureza Jurídica: SOCIEDADE ANÔNIMA
Domicílio Fiscal: 85898 - Canoas RS
Unidade Cadastradora: 170175 - SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF - RS
Atividade Econômica: 5211-7/01 - ARMAZÊNS GERAIS - EMISSÃO DE WARRANT
Endereço: AV GETULIO VARGAS 8201 - Canoas - RS
Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta

Níveis validados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita	Validade:	22/05/2018
FGTS	Validade:	15/02/2018
INSS	Validade:	22/05/2018
Trabalhista	Validade:	24/07/2018

<http://www.tst.jus.br/certidao>

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Municipal:

Receita Estadual/Distrital	Validade:	17/03/2018
Receita Municipal	Validade:	12/02/2018

VI - Qualificação Econômico-Financeira - Validade: 31/05/2018

Índices Calculados: SG = 4.56; LG = 2.94; LC = 3.73

Patrimônio Líquido: R\$ 38.336.000,00

Esta declaração é uma simples consulta não tem efeito legal.

Emitido em: 29/01/2018 10:36

CPF: 423.925.940-15 Nome: VERA LUCIA ANTONELLO BERGENTAL

Ass: _____

Vera Lucia Antonello
Vera Lucia Antonello Matr. 109
Assessora de Diretoria

PLANILHA PARA CONFERÊNCIA

PORTO SECO – BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A

TARIFA S	ARMAZENAGEM – IMPORTAÇÃO	ATUAL S	REAJUSTADA S
T A/1- (%)	do valor CIF por período de 10 dias ou fração	0,08	0,08
T A/2	por m³ ou fração, período de 10 dias ou fração	2,00	4,37
T A/3	por m² ou fração, período de 10 dias ou fração	3,00	6,55
ARMAZENAGEM - EXPORTAÇÃO			
T AE1	do valor FOB por período de 30 dias ou fração	0,10	0,10
T AE2	por m³ ou fração, período de 30 dias ou fração	1,00	2,18
T AE3	por m² ou fração, período de 30 dias ou fração	1,50	3,28
MOVIMENTAÇÃO – IMPORTAÇÃO - Merc. paletizada			
T M/1	por m³ ou fração	1,80	3,93
T M/2	por tonelada ou fração	1,50	3,28
MOVIMENTAÇÃO – IMPORTAÇÃO - Merc. não paletizada			
T M/3	por m³ ou fração	3,50	7,64
T M/4	por tonelada ou fração	2,00	4,37
MOVIMENTAÇÃO – IMPORTAÇÃO - Merc. containerizada			
T M/5	por m³ ou fração	3,50	7,64
T M/6	por tonelada ou fração	2,00	4,37
MOVIMENTAÇÃO – EXPORTAÇÃO - Merc. paletizada			
T ME1	por m³ ou fração	1,80	3,93
T ME2	por tonelada ou fração	1,50	3,28
MOVIMENTAÇÃO – EXPORTAÇÃO - Merc. não paletizada			
T ME3	por m³ ou fração	3,50	7,64
T ME4	por tonelada ou fração	2,00	4,37
MOVIMENTAÇÃO – EXPORTAÇÃO - Merc. containerizada			
T ME5	por m³ ou fração	3,50	7,64
T ME6	por tonelada ou fração	2,00	4,37

OBS.: 1) tarifas advalore
 IGP-DI Março 2004= 791,8022 – Março 2017= 1.729,5641

NOTAS EXPLICATIVAS (CONTINUAÇÃO)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

A Companhia paga R\$ 3,2, mensalmente, para cada membro do Conselho de Administração e R\$ 2,4, mensalmente, para cada membro, em exercício, do Conselho Fiscal.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 foi pago o montante de R\$ 468 (R\$390 em 31/12/2015) a título de remuneração dos Administradores (honorários e verbas de representação), incluindo os honorários para os Conselhos de Administração e Fiscal.

A Companhia não oferece a suas pessoas-chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2016	2015
IRPJ	4.099	3.049
CSLL	983	3.175
(+) Adições	(1.412)	(444)
(-) Exclusões	894	520
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(72)	(15)
(-) Incentivos fiscais e outros	330	517
IRPJ e CSLL diferidos	(16)	(556)
TOTAL IRPJ e CSLL	1.130	1.169

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, em 31 de dezembro, referem-se a:

	2016	2015
Ativo		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.071	2.358
Provisão para passivos civis e trabalhistas	1.397	1.501
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	3.468	3.859
Total líquido	1.179	1.168

Passivo

	2016	2015
Depreciação CPC 27	(1.452)	(1.487)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(494)	(506)
Total líquido	685	662

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O Capital Social, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$34.100, (R\$ 34.100 em 2015), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., seu controlador.

b) Distribuição de resultados - O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

O dividendo obrigatório, calculado consoante a legislação societária e o estatuto social foi o seguinte:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	2.968	1.880
Reserva Legal (5%)	(148)	(94)
Base de cálculo dos dividendos	2.820	1.786
Dividendos (25%)	706	446
c) Reserva de retenção de lucros - A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$2.115.		

15. Receita

A receita líquida é composta como segue:

	2016	2015
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	14.818	20.496
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(2.527)	(3.717)
Descontos e cancelamentos	(151)	(129)
Receita operacional líquida	12.140	16.650

16. Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

	Custos dos serviços prestados		Despesas administrativas		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Pessoal	3293	2.745	3.699	3.002	6.992	5.747
Terceirizados	632	1.772	2.586	1.068	3.218	2.840
Honorários da administração	-	-	622	542	622	542
Depreciação e amortização	951	1.042	668	519	1.619	1.561
Comunicação	-	-	290	440	290	440
Energia elétrica	462	404	248	215	710	619
Gastos com veículos	220	147	101	71	321	218
Despacho aduaneiro	100	97	-	-	100	97
Reclamações trabalhistas	-	-	192	168	192	309
Contingências	286	25	66	527	352	552
Conservação e manutenção	521	422	295	99	816	521
Viagens e estadias	135	-	-	72	135	72
Seguro	216	-	-	-	216	-
Informática	-	-	107	85	107	85
Material de expediente	-	-	112	116	112	116
Crédito de liquidação duvidosa	-	-	495	2.358	495	2.358
Débitos incorríveis	-	-	369	112	369	112
Aluguéis	-	-	-	181	-	181
Outras	224	414	274	252	498	666
Total	7.040	7.209	10.124	9.827	17.164	17.036

17. Outras receitas

	2016	2015
Indenizações de terceiros	194	-
Recuperação de despesas (a)	1.177	790
Ganho de capital (b)	3.824	246
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	679	-
Reversão de provisão de contingência civil	279	-
Reversão de provisão de contingência trabalhista	13	40
Outras	174	22
Total	6.340	1.098

(a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água, luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

(b) No mês de julho foi realizada a alienação de um imóvel localizado em Uruguaiana pelo valor de R\$ 3.843, através do processo licitatório, Concorrência 003/2016.

18. Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes, além dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros disponíveis para venda, mantidos para negociação e/ou empréstimos e recebíveis, respectivamente. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros derivativos, a Companhia não el sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

Aplicações Financeiras

Clientes

Total

Gestão de riscos - A Banrisul Armazéns Gerais S.A. é uma empresa pública privada, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conglomerado econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de mercado. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade na gestão de capital - A Companhia possui sólida estrutura de capital, forma reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o risco de crédito - O risco de crédito na Companhia está relacionado com a prática não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas. Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, via a Secretaria da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes mediante retidas mercadorias. Risco de mercado - Risco de mercado é definido como a probabilidade de o valor do capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, como ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. Em Operações Compromissadas de um dia e com referencial prefixado Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 78% do total da Companhia (dez 2016).

Ativo
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
PERMANENTE
Total

ANÁLISE DE RISCO DE MERCADO
Aplicações em Operações Compromissadas
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E
INSTRUMENTOS FINANCEIROS
DERIVATIVOS
Total

ANÁLISE DE RISCO DE MERCADO
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Total

Risco de liquidez - Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recursos suficientes para fazer frente às obrigações financeiras devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações. Pode ser classificado em:
Risco de liquidez de fluxo de caixa - é a possibilidade da ocorrência de descasos que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia.
Risco de liquidez de mercado - é a possibilidade de perda na liquidação significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado no mercado.

Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui políticas de gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária. É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos comprometidos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez. Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Companhia aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço contém grande parte de seus ativos aplicada em Operações Compromissadas. Por outro lado, nas operações passivas, o Patrimônio Líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 78% do total da Companhia (dez 2016). Risco Operacional - O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas associados à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros pela mesma.

19. Plano de benefícios de aposentadoria

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadorias para seus empregados.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens e valores sob sua guarda, suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando o risco de mercado. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais materiais e R\$ 100 mil para responsabilidade civil.

21. Segmentos operacionais

A Companhia atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda, depósito aduaneiro, depósito alfandegário e na locação ou arrendamento de espaço físico.

Ambos segmentos não são controlados e gerenciados pela Companhia como uma única entidade, sendo monitorados e avaliados de forma integrada.

João Simioni
Diretor Presidente

Zilmino Jacedir Tartari
Diretor Superintendente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S.A., examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras. Com base nesse exame, somos de opinião que as demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1960, e no artigo 1.024, do Regulamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), apresentam uma visão verdadeira e fiel da situação financeira da Companhia e dos resultados operacionais e financeiros para o período findo em 31 de dezembro de 2016. Com base nesse exame, somos de opinião que a aprovação deste Conselho.

Júlio Francisco Gregory Brunet
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Renato Vargas de Abreu
Conselheiro

MAZÊNS GERAIS S.A.

21.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a risco, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de JM 475/08.

2016	2015
26.878	22.999
3.316	5.073
30.194	28.072

A é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte de conglomerado econômico.

A estratégia é fundamental para esta Companhia. Dentre os aspectos, a, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão, estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para as atividades, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. A Companhia monitora o retorno sobre o capital investido, a relação com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas às operações previamente acordadas.

Atualização cadastral, validadas informações com a Receita Federal e registros de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência,

to a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados. Mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em juros e taxas de câmbio.

do risco de mercado. Grande parte de seus ativos são de Aplicações em referencial prefixado. Por outro lado, nas operações passivas, o representa 78% do total do passivo de acordo com o balanço da

VELÓCIMO PRAZO

Valor	Participação
31.725	17,385
49.110	51,86%

Valor	Representatividade
1.410	2,87%
26.878	54,73%
10.774	21,94%
38.336	78,06%
49.110	

estabilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos perante as obrigações de pagamento.

ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, perda na liquidação de uma posição de participação relativamente altamente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no

Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados para o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise. Composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os ativos quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos. No caso de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de redução de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez. Os compromissos de um dia lastreados com títulos públicos (patrimônio líquido (riqueza efetiva) da Companhia representa 78% do patrimônio líquido).

quanto a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, ativos e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal e os riscos operacionais, bem como as sanções em razão de eventos decorrentes das atividades desenvolvidas

entidades para seus empregados.

seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados altos, considerando a natureza de sua atividade. Os riscos operacionais era composta por R\$ 90.000 mil para danos

movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos, locação ou arrendamento da área de sua propriedade para terceiros

na Companhia como segmentos independentes, sendo os resultados de forma integrada.

Jacédir Tartari
Superintendente

Andre Moojen dos Santos
Contador - CRC RS 083383/O-1

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

do Banrisul Armazéns Gerais S.A., e no exercício das atribuições de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto das Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das do Valor Adicionado e demais demonstrativos e notas explicativas demonstrações financeiras, documentos esses relativos ao exercício financeiro, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a

Canoas, 16 de fevereiro de 2017.

João Simioni
Conselheiro

José Paulo de Almeida
Conselheiro

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, relativos ao exercício de 2016.

Baseado no exame procedido e no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S.A., por isso somos de parecer favorável à sua aprovação.

Canoas, 20 de fevereiro de 2017.

Jorge Irani da Silva
Conselheiro Presidente

Roberto Fantinel
Conselheiro

Ronal Xavier Janovik
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A. Canoas-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes - O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data e preparados originalmente antes dos ajustes de reclassificação, descritos na Nota Explicativa nº 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados. Em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoria sobre ele tomado em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG
Auditores Independentes
CRC 1SP014428/F-7

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2017.

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

em uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de fatos ocorridos no passado, mas cuja liquidação é uma estimativa. Os valores são apresentados para liquidação a obrigação e uma estimativa.

As provisões administrativas são constituídas para todas as contingências que possam ocorrer, seja qual for o prazo de sua realização. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância para os advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir o melhor julgamento de fato e de direito em relação aos fluxos de caixa contratuais, incluindo o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme

atos de aluguel de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com a administração da empresa, comunicados previamente com 30 dias de antecedência.

os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação ao, são ajustados pelo seu valor presente. A consideração dos fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e os passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e descontos com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o modelo de fluxo de caixa, são realocados nas linhas de despesas e receitas. O modelo de fluxo de caixa em relação aos fluxos de caixa contratuais, incluindo o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os processos judiciais em nota explicativa e os de perda remota não são divulgados, conforme

As provisões não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada da norma, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), classifica, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos em cada um dos dois casos, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e os efeitos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) a adoção do novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de dois modelos atuais de perdas incorridas; e (ii) a flexibilização das exigências de divulgação de avaliação de impacto total de sua adoção.

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para a avaliação de ativos e passivos. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é gerada pelo fluxo de caixa de um cliente, assim, o princípio de controle substitui o princípio de propriedade. Em 1º de janeiro de 2018, a administração está avaliando os impactos da adoção da norma. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos não são substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios de 2019. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. As normas ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2016	2015
29	13
324	286
353	299

2016	2015
23.393	20.879
2.485	2.120
2.228	1.568
1.257	552
26.878	22.999

o de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul instituído em 1991, são remunerados com base na variação de 100% da taxa SELIC. Os recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizam R\$ 2.726 em 2015). O total R\$ 2.726 em 2015).

2016	2015
3.316	5.073
(2.174)	(2.358)
401	202
1.543	2.917

2016	2015
705	418
144	1.087
20	191
38	210
60	529
2.349	2.638
3.316	5.073

2016	2015
2.358	422
(679)	(422)
495	2.358
2.174	2.358

visão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 495, em serviços de armazenagem prestados.

2016	2015
298	-
51	44
305	364
405	311
1.059	719
1.008	984
111	57
88	88
1.207	1.129

ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios

Circulante	Juros	Vencimento	2016	2015
FINEAME	3,00% a.a.	15/04/2020	654	754
			654	754
Não Circulante	3,00% a.a.	15/04/2020	1.379	2.362
FINEAME			1.379	2.362
			2.033	3.116

As parcelas de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimento	Valor nominal
2017	654
2018	654
2019	517
2020	208
Total	2.033

Os financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e não possuem cláusulas restritivas em seus contratos.

10. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível e trabalhista. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causas. Os valores das ações avaliadas como sendo de perda provável foram integralmente provisionados. A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas nos processos judiciais. Demonstramos a seguir a composição e movimentação das provisões para contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	232	623	855
Adições	518	168	686
Reversões	-	(40)	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	750	751	1.501
Adições	65	156	221
Reversões	(12)	(22)	(34)
Baixa por pagamento	(279)	(13)	(292)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	524	872	1.396

Provisões trabalhistas

Ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, referentes à relação advinda da prestação de serviços de armazenagem e movimentação de cargas em Porto Seco, bem como no regime de armazenagem geral e da locação da área.

Registramos a provisão constituída, no momento do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial. Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda provável, no montante de R\$ 1.080 (R\$ 1.079 - 2015), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial e desvio de funções e outros direitos trabalhistas.

Registramos a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia, na ocasião da notificação judicial, cujo risco da perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolsos feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$ 1.008 (R\$ 984 - 2015).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda provável, no montante de R\$ 6.832 (R\$ 4.283 - 2015), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

11. Outras obrigações

Este subgrupo engloba as obrigações com empregados e respectivos encargos sociais, além de outras obrigações definidas com terceiros não incluídas em outros subgrupos.

	2016	2015
Circulante		
Débitos - controlador	4.684	3.929
Débitos - outras partes relacionadas	56	137
Dividendos e JCP a pagar	19	16
Retenções contratuais	343	298
Obrigações sociais e trabalhistas	751	550
	5.853	4.930

12. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários a vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado. A Companhia também contrata serviço de cartão vale alimentação e refeição da Banrisul Cartões S.A.

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2016
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários	324			324
Aplicações Banrisul CDB	153			153
Aplicação SIAC		23.393		23.393
Crédito com partes relacionadas	401			401
	878	23.393		24.271

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2016
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar	3.034			3.034
Contas a pagar	1.650		56	1.706
	4.684		56	4.740
Resultado				
Receitas	1.989	2.884		4.873
Aluguel	1.980			1.980
Financeira	9	2.884		2.893
Despesas	(243)		(620)	(863)
Comunicação	(177)			(177)
Outras	(66)			(66)
Vale alimentação e refeição			(620)	(620)
Recuperação de despesas	1.177			1.177

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2015
Ativo				
Circulante				
Depósitos Bancários	182			182
Aplicações Banrisul CDB	43			43
Aplicação SIAC		20.879		20.879
Crédito com partes relacionadas	202			202
	427	20.879		21.306

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (controlador direto)	Governo do Estado do Rio Grande do Sul (controlador indireto)	Banrisul Cartões S.A. (Outras partes relacionadas)	2015
Passivo				
Circulante				
Dividendos a pagar	2.333			2.333
Contas a pagar	1.596		137	1.723
	3.929		137	4.066
Resultado				
Receitas	1.806	2.484		4.290
Aluguel	1.793			1.793
Financeira	13	2.484		2.497
Despesas	(460)		(388)	(848)
Comunicação	(224)			(224)
Convênio operacional	(125)			(125)
Outras	(111)			(111)
Vale alimentação e refeição			(388)	(388)
Recuperação de despesas	790			790

Contas a receber de clientes	2.715	(2.715)	-
Partes relacionadas	202	(202)	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	2.917	2.917
Total do Ativo	2.917	-	2.917
Passivo			
Circulante			
Obrigações trabalhistas	550	(550)	-
Partes relacionadas	4.066	(4.066)	-
Retenções diversas	298	(298)	-
Outros passivos	16	(16)	-
Outras obrigações	-	4.930	4.930
Total do Passivo	4.930	-	4.930

Não há nenhum impacto sobre o lucro líquido por ação básico ou diluído da Companhia e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

3. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidas ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembarçadas.

A receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

b) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

c) Tributação

Impostos sobre serviços

As atividades de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2,00%
FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	
- Importação	9,51%
- Exportação	6,03%

Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulação do PIS e da COFINS são apresentados deduzindo o custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

As receitas de serviços com importação e exportação de mercadorias estão sujeitas à tributação do FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização nas alíquotas de 9,51% e 6,03%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções de receitas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia não teve impostos registrados diretamente às rubricas do patrimônio líquido.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada após identificação de atrasos superiores há noventa dias e os clientes que se encontram nessa situação são provisionados integralmente, exceto em situações que a administração renegociou os valores em atraso.

e) Depreciação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, em 2015 e 2016, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	43 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 2015 e 2016 não houve nenhum caso.

f) Intangíveis

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

i) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opç líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

n) Provisões

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal de um evento passado), é provável que recursos econômicos sejam requeridos para confivel do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são con referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais r no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As prov levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplico ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões classificadas como perda possível são divulgados em nota explicativa e os de perda CPC 25.

o) Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de sei com os serviços prestados.

Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente cor p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeti às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor p O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa i e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os ju e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocad financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em r

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercicio operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificass q) Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e está 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A demonstração do valor adicionado (DVA) foi preparada de acordo com o CPC 09. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, e nre os diversos agentes.

r) Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o e de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê d • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigê respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais novos critérios de classificação de ativos financeiros: (i) novo modelo de impairem perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorri para adoção da contabilidade de hedge. A administração está avaliando o impacto to • IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princí determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma bias reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assi princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018. A adm de sua adoção.

• IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escó contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IF iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando os imp Não existem outros normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que pos impactem em sua posição patrimonial, no resultado ou no patrimônio líquido divulgado

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa	
Bancos conta corrente	

5. Aplicações financeiras

Circulante

Aplicação SIAC - Disponível para venda

Mantido para negociação

- CDB

- Fundos

Os valores aplicados no SIAC - Sistema Integrado de Administração de Caixa do Ei pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, são remunerados com base e o resgate desses valores depende de solicitação por parte da Banrisul Armazén liberação desses recursos por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rub R\$ 2.884 (R\$ 2.484 em 2015). Os rendimentos auferidos com outras aplicações totali de receita financeira no exercício foi de R\$ 3.359 (R\$ 2.726 em 2015).

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Composição das contas a receber de clientes:

Clientes - Devedores por armazenagem	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	
Créditos com Controlador	

Em 31 de dezembro, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são

A vencer

Vencidos:

Até 30 dias	
De 31 a 60 dias	
De 61 a 90 dias	
De 91 a 360 dias	
Mais de 360 dias	

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, registrada em n demonstração do resultado:

Saldo inicial	
Reversão de provisão	
Constituição de provisão	
Saldo final	

Durante o exercício a Companhia reconheceu provisão para créditos de liquidação c função do não recebimento de valores relativos a serviços de armazenagem prestad

7. Outros créditos

Este agrupamento é composto de demais títulos, valores e outras contas a receber, n principal da Companhia:

Circulante

Tributos a recuperar	
Adiantamento a funcionários	
Outros valores realizáveis	
Despesas antecipadas	

Não circulante

Depósitos judiciais	
Cações	
Outros valores e bens BNU	

8. Imobilizado

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com econômicos de suas operações atuais.

MAZÉNS GERAIS S.A.

21.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201- Canoas - RS



BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
4	353	299	Fornecedores e outras contas a pagar		929	487
5	26.878	22.999	Empréstimos e financiamentos	9	654	754
6	1.543	2.917	Passivo fiscal corrente		394	696
7	1.059	719	Outras obrigações	11	5.853	4.930
	29.833	26.934	Provisões		169	-
13.b	685	662	Total do passivo circulante		7.999	6.867
7	1.008	984	Empréstimos e financiamentos	9	1.379	2.362
7	199	145	Provisão para contingências	10	1.396	1.501
	1.892	1.791	Total do passivo não circulante		2.775	3.863
	18	18	Patrimônio líquido	14		
8	16.995	17.558	Capital social		34.100	34.100
	372	502	Reserva de capital		231	231
	17.385	18.078	Reservas de lucros		4.005	1.742
	19.277	19.869	Total do patrimônio líquido		38.336	36.073
	49.110	46.803	Total do passivo e do patrimônio líquido		49.110	46.803

instruções financeiras.

5 MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de Capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	31.550	231	2.858	-	34.639
	2.550	-	(2.550)	-	-
	-	-	-	1.880	1.880
	-	-	94	(94)	-
	-	-	1.340	(1.340)	-
	-	-	-	(446)	(446)
	34.100	231	1.742	-	36.073
14.a	-	-	-	-	-
	-	-	-	2.969	2.969
14.b	-	-	148	(148)	-
14.c	-	-	2.115	(2.115)	-
14.b	-	-	-	(706)	(706)
	34.100	231	4.005	-	38.336

instruções financeiras.

6 DEMONSTRAÇÕES DO FLOXO DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	2016	2015	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2016	2015
15	20.492	19.106	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.099	3.049
	14.818	20.367	Ajustado por:		
	5.490	1.097	Depreciação	1.557	1.451
	184	(2.358)	Amortização	62	110
	(7.436)	(6.486)	Resultado da venda de imobilizado	(3.654)	(243)
	(2.796)	(456)	Provisão para contingências	(105)	646
	(4.640)	(6.030)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(183)	2.358
	13.056	12.620	Juros sobre empréstimos	171	145
	(1.619)	(1.551)		1.947	7.516
	11.437	11.059	Variação nos ativos e passivos:	(2.207)	(5.869)
	3.359	2.726	Aplicações financeiras	(3.879)	(2.745)
	3.359	2.726	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	1.265	(897)
	14.796	13.785	Outros ativos	39	184
	14.796	13.785	Fornecedores e outras contas a pagar	1.340	377
	6.379	6.300	Outras Obrigações	201	5
	4.363	4.794	Passivo Fiscal Corrente	(302)	94
	1.703	1.258	pagamento de provisões	169	(1.223)
	313	248	pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.040)	(1.664)
	5.126	5.172	Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	(260)	1.647
	4.572	4.564	Fluxo de caixa das atividades de investimento		
	28	45	Compra de ativo imobilizado	(2.546)	(1.428)
	526	563	Compra de ativos intangíveis	-	(128)
	322	433	Recebimento pela venda de imobilizado	3.843	-
	322	252	Fluxo de Caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	1.297	(1.556)
	-	181	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
	2.969	1.880	pagamentos de empréstimos	(983)	(683)
	705	447	Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(983)	(683)
	2.264	1.433	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	54	(592)
			Caixa e equivalentes de caixa		
			Saldo no final do exercício	353	299
			Saldo no início do exercício	299	891
			Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	54	(592)

instruções financeiras.

7 ANEXOS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores expressos em milhares de reais)

o tais custos são diretamente lançados no resultado do período.
mpanhia são: Aplicação Financeira - SIAC, classificados como ativos
er de clientes, classificados como empréstimos e recebíveis. Esses
inancieiros. Os principais passivos financeiros são contas a pagar a
ao custo amortizado.

eiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação
s de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado;
atados ao custo amortizado.

n Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos
tes se o pagamento for devido no período de até um ano.
a, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso

lo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são,
izado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos
necida na demonstração do resultado durante o período em que os
da taxa efetiva de juros.

as no patrimônio líquido.
issão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio
le impostos.

Custo	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Terrenos	5.262	74	(75)	-	5.261
Edificações e Benfeitorias	7.795	-	(864)	1.168	8.109
Móveis e Utensílios	792	-	(3)	5	794
Máquinas e Equipamentos	1.841	130	(5)	52	2.018
Equipamentos - Empilhadeira	2.621	-	(136)	-	2.485
Veículos	2.620	-	(15)	-	2.605
Instalações	5.305	-	(8)	-	5.297
Obras em Andamento	1.173	1.029	-	(1.225)	977
Equipamentos de Informática	449	-	-	-	449
Total	27.858	1.233	(1.096)	-	27.995
Depreciação acumulada	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2016
Edificações e Benfeitorias	(4.819)	(142)	589	-	(4.372)
Móveis e Utensílios	(524)	(44)	3	-	(565)
Máquinas e Equipamentos	(974)	(136)	2	-	(1.108)
Equipamentos - Empilhadeira	(1.235)	(205)	71	-	(1.369)
Veículos	(848)	(409)	11	-	(1.246)
Instalações	(1.615)	(420)	7	-	(2.028)
Equipamentos de Informática	(285)	(66)	-	-	(351)
Total	(10.300)	(1.422)	683	-	(11.039)
Valor contábil	17.558	(189)	(413)	-	16.956

9. Empréstimos e financiamentos

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas e Clientes:

Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2016 da BANRISUL ARMAZENS GERAIS S.A. - BAGERGS. Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., que detém 99,50% das ações. A empresa tem sede e atua no município de Canoas - RS, onde opera em regime de Armazém Geral: Porto Seco (Permissão da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias) e no Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento de Documentos - GED, apoiada em 10(dez) armazéns, ultrapassando 34 mil metros quadrados de área de armazenagem coberta.

Mesmo em um cenário econômico desfavorável - inflação, câmbio e juros elevados, o resultado financeiro da empresa se manteve estável em relação a 2015. A conjuntura econômica causou seus reflexos, porém a empresa conseguiu manter o seu Planejamento Estratégico para 2016. Dos projetos que estavam contemplados, citamos: aquisição de módulos complementares para o sistema integrado - Enterprise Resource Planning - ERP; internalização do ambiente de TI (infraestrutura, suporte e segurança), junto ao Banrisul (Controlador); alienação do imóvel de Uruguaiana; ampliação da capacidade de armazenagem com a construção do armazém de Iona; aquisição de equipamentos para o setor de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED, como também, adequações e melhorias na infraestrutura dos armazéns, resultando na renovação do Alvará junto ao Corpo de Bombeiros e da Licença de Operação junto a Prefeitura de Canoas.

Contamos com a participação de 167 colaboradores, sendo 97 do quadro efetivo da empresa e os outros 70, composto por estagiários e empregados terceirizados na prestação de serviços de manutenção predial e vigilância. A Bagergs proporcionou aos seus empregados e colaboradores treinamentos dos mais diversos tipos, inclusive sobre segurança no trabalho. Neste ano ocorreu a implementação da ferramenta de comunicação interna chamada "Informativo" para divulgação de ações e medidas de caráter imediato e interesse de todo quadro de empregados. Buscando contribuir para a formação de jovens e seu ingresso no mercado de trabalho, a Bagergs participa do programa Jovem Aprendiz, através de uma parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE. Realizou a reestruturação do Organograma da empresa, criando e reorganizando gerências/setores e redefinindo atribuições. Como reconhecimento ao comprometimento de seus empregados, a empresa manteve a política de Participação nos Lucros e Resultados - PLR.

Com bastante êxito implantamos o programa de destinação adequada de resíduos sólidos, como papel, papelão, madeira e plástico. Este procedimento, em conjunto com o estabelecimento de normativos, manuais e adequações das áreas sob inspeção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conseguimos obter a Autorização de Funcionamento - AFE que nos permite armazenar mercadorias sob vigilância sanitária (alimentos, medicamentos, produtos médicos e produtos destinados a diagnósticos).

Para 2017, projeta-se a ampliação da carteira de clientes, nos segmentos da medicina, beleza, saúde e alimentos considerando, especialmente, a Autorização de Funcionamento concedida pela ANVISA, como também a captação de novos clientes, para os ramos de Armazém Geral e Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED, iremos realizar melhorias em infraestrutura com o objetivo de ampliar a armazenagem de novas classes de produtos entre eles: cosméticos, perfumes, produtos de higiene pessoal e saneantes.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2016.

 João Simioni
 Diretor Presidente

 Zilmir Jacedir Tartari
 Diretor Superintendente

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Receita	15	12.140	16.650
Custo dos serviços prestados	16	(7.040)	(7.209)
Lucro bruto		5.100	9.441
Outras receitas	17	6.340	1.098
Despesas com vendas		(235)	(137)
Despesas administrativas	16	(10.124)	(9.827)
Outras despesas		(170)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		911	575
Receitas financeiras	5	3.359	2.726
Despesas financeiras		(171)	(252)
Resultado financeiro		3.188	2.474
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		4.099	3.049
Imposto de renda e contribuição social	13.a	(1.130)	(1.169)
Lucro líquido do exercício		2.969	1.880
Número de ações ordinárias		700	700
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		4,2414	2,6857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	2.969	1.880
Total do resultado abrangente do exercício	2.969	1.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1. Contexto operacional

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Bairro São Luís, Canoas, Rio Grande do Sul.

Atua no ramo de armazéns gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias e como porto seco, permissionária da Receita Federal, em regime de Entrepósito Aduaneiro de Importação e Exportação. Qualificada para instalar e operar em Depósito Alfandegado Público e Depósito Alfandegado Certificado através de permissão não onerosa com validade a partir da publicação no Diário Oficial da União em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2017.

Apresentação de valores do exercício de 2015

Durante o exercício de 2016, a Companhia aprimorou a apresentação, no balanço patrimonial, de determinados ativos financeiros e obrigações. Como resultado os saldos apresentados nas demonstrações financeiras de 2015 foram agrupados/reclassificados para fins de comparabilidade, conforme demonstrado abaixo:

	Anteriormente apresentado	Agrupamento/reclassificação	Nova apresentação
Ativo			
Circulante			
Contas a receber de clientes	2.715	(2.715)	-
Partes relacionadas	202	(202)	-
Contas a receber de clientes			

adorno

BALANÇO

	Nota
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	4
Aplicações financeiras	5
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6
Outros créditos	7
Total do ativo circulante	
Ativo fiscal diferido	13.b
Depósitos judiciais	7
Outros créditos	7
Total do realizável a longo prazo	
Investimentos	8
Imobilizado	
Intangível	
Total do ativo não circulante	
Total do ativo	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES

	Not
Saldo em 31 de dezembro de 2014	
Aumento de capital	
Lucro líquido do exercício	
Destinação do lucro líquido:	
Reserva legal	
Reserva de retenção de lucros	
Dividendos	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	
Aumento de capital	
Lucro líquido do exercício	
Destinação do lucro líquido:	
Reserva legal	
Reserva de retenção de lucros	
Dividendos	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

Receitas (1)	
Receita da prestação de serviços	
Outras receitas	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	
Insumos adquiridos de terceiros (2)	
Custos dos serviços prestados	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	
Depreciação e amortização (4)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3) - (4) = (5)	
Valor adicionado recebido em transferência (6)	
Receitas financeiras	
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	
Remuneração direta	
Benefícios	
FGTS	
Impostos, taxas e contribuições	
Federais	
Estaduais	
Municipais	
Remuneração de capitais de terceiros	
Despesas financeiras	
Aluguéis	
Remuneração de capitais próprios	
Dividendos	
Lucros retidos	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: A valor justo por meio do resultado, e contas a receber de clientes. Os ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros. Os fornecedores e empréstimos, os quais são avaliados ao custo amortizado subsequente.

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e pas empréstimos e recebíveis, valores de fornecedores tratados ao custo i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), qu k) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagam Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequente de método de taxa efetiva de juros.

l) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na dem empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva m) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novai líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

n) Provisões



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal
Inspeção da Receita Federal em Porto Alegre
Equipe Aduaneira 3 - EAD3

Banrisul Arm. Gerais S/A
Secretaria
31 JAN 2018
às 14 h 30 min
RECEBIDO

ATA DA REUNIÃO
DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS
PELO PORTO SECO DE CANOAS

1. **DATA, HORA E LOCAL:** 26 de janeiro de 2018, às 09h30, na sede da Banrisul Armazéns Gerais S.A., localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 8201 em Canoas/RS.

PRESENCAS: PRESENCAS: Compareceram os representantes da RECEITA FEDERAL: os Srs. Auditores-Fiscais **Daniel Balbão**, Inspetor Substituto, **Sandro Martini Vargas**, Fiscal do Contrato SRRF10 nº 06/2004 e Sr. **Gastão Figueira Tonding**, Inspetor Chefe; representando a BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.: os Srs. **Zilmino Jacedir Tartari**, Diretor Superintendente, **Emir Francisco Benelli**, Gerente Comercial, **Viviam Guimarães da Costa**, Assistente Administrativo; representando os DESPACHANTES ADUANEIROS: o Sr. **Dario Vieira** da empresa Twin; representando o Ministério da Agricultura: o Sr. **Edson N. Bergamo**, Fiscal Federal Agropecuário; representando a ANVISA: as Sras. **Rosemaria Timm** e **Luciana M. Samedo**; e o Sr. **Arthur Silva Potiguara**, Monitor de Estratégias da empresa Deloitte Touche Tohmatsu.

2. **ORDEM DO DIA:** Avaliação dos serviços prestados pelo PORTO SECO DE CANOAS.

ASSUNTOS DISCUTIDOS E DELIBERADOS: 1) **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO:** O Sr. Sandro abriu a reunião, como fiscal do Contrato, cumprimentando a todos os presentes e passando a ler o relatório de avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS - Bagergs, realizada pela Receita Federal no mês de janeiro de 2018, conforme segue:

Em conformidade com o previsto na cláusula quarta do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco (Contrato SRRF10 Nº 06/2004) e com o artigo 21 da IN RFB nº 1.208/2011, procedi à avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas - Bagergs (Banrisul Armazéns Gerais S. A.), conforme descrito a seguir.

Responderam o formulário de avaliação doze avaliadores, sendo dois representantes dos Exportadores (Max Ind Metalúrgica LTDA e Tecenge Comercial e Técnica LTDA), dois representantes dos Importadores (Daiana Rodrigues e Real Novidades Distribuidora LTDA), dois representantes dos Transportadores (West Air Cargo e Transpallet), dois representantes dos Despachantes Aduaneiros (Bielog/Sicex e Tradeway Consultoria), dois representantes da Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal Sandro Martini Vargas - Chefe da EAD3 e Auditora-Fiscal Cristiane Maria Severgnini - Chefe da EAD7), um representante do Ministério da Agricultura e um representante do órgão anuente ANVISA. Aos avaliadores foram entregues os formulários para a avaliação de quesitos relacionados à "Segurança Proporcionada aos Usuários e à Carga" - indicador UM, à "Infraestrutura da EADI" - indicador DOIS e às "Condições da Prestação de Serviços" - indicador TRÊS. Atribuí aos indicadores o mesmo peso, ou seja, o peso UM. O indicador melhor avaliado foi o indicador UM que obteve a nota final 8,96. Em segundo lugar, ficou o indicador DOIS com a nota final 8,75 e por último o indicador TRÊS com a nota final 8,50. Todos os indicadores ficaram, portanto, com notas finais classificadas como sendo SERVIÇOS BONS a qualidade dos serviços prestados pelo permissionário BAGERGS no Porto Seco de Canoas/RS (serviços classificados com notas finais de 5 até 7 são considerados serviços regulares e os classificados com notas finais de 7 até 9 são considerados serviços bons). A NOTA FINAL geral obtida na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS no Primeiro Semestre/2017 foi de 8,74 (Serviços Bons), portanto uma nota final geral superior à nota final geral obtida na avaliação do semestre anterior, ou seja, igual a 8,50 (avaliação feita em janeiro/2017). Como a nota final geral cresceu, podemos concluir que a BAGERGS teve um acréscimo na qualidade de seus serviços prestados aos usuários, ressaltando-se, ainda, a necessidade de se corrigir/melhorar os tópicos numerados mencionados e descritos abaixo. Os seguintes comentários foram feitos nos formulários de avaliação deste primeiro semestre de 2017:

1. Reclamação quanto à deficiência dos sistemas de refrigeração dos armazéns. Apontado pelo despachante Twin e pelo importador Forjas Taurus S/A;

Manifestação na reunião: Sobre esse tema Sr. Dario comentou que com exceção do armazém 1 os demais armazéns apresentam a temperatura um pouco elevada em dias quentes. Diretor Zilmino explicou que o retelhamento que está ocorrendo com a técnica do venturi ajudará na circulação do ar, melhorando assim o conforto térmico no interior dos armazéns, acrescentou que o prazo de término da obra é de 40 a 60 dias.

2. Iluminação insuficiente no armazém 03. Apontado pelo Auditor-Fiscal da RFB Sandro Martini Vargas e Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês;

Manifestação na reunião: Sobre esse assunto Sr. Sandro comentou que esta situação permanece há algum tempo e que o armazém 4 tem melhor iluminação. Diretor Zilmino explicou que será instalado mais dois lanternins e será aplicado correção com iluminação em LED, a qual já está em andamento no armazém 5 e que obteve ótimo resultado no armazém de lona. Sra. Rosemaria também sobre esse tema discorreu que tendo uma melhor iluminação, possibilita conferir a

carga no local, sem precisar deslocar a mesma, o que diminui a possibilidade de avarias por movimentação.

3. Avaliação de que, em havendo aumento da demanda, o quadro de colaboradores da Bagergs tende a ser insuficiente. Apontado pelo Despachante Twin e pelo importador Forjas Taurus S/A;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o esse assunto.

4. Despachante Twin mostra preocupação com a segurança dos usuários, tendo em vista que o trânsito dos mesmos se dá próximo ou no caminho de máquinas e veículos;

Manifestação na reunião: Sobre esse assunto Sr. Emir apontou que há área demarcada para fluxo de pedestres nos armazéns, Diretor Zilmino comentou de reforçar a pintura da marcação, pois o trânsito pode desgastar, e reforçar regras quanto ao fluxo de pessoas. Sr. Sandro comentou de os empregados dos armazéns orientarem os despachantes sobre a faixa a ser respeitada. Sra. Rosemaria abordou sobre a possibilidade de placas indicativas para o trânsito no interior dos armazéns.

5. Os Auditores-Fiscais da RFB Sandro Martini Vargas e Cristiane Maria Severgnini reputam exageradas as tentativas de interferência na liberação de cargas de importação;

Manifestação na reunião: Sr. Sandro explicou que com a mudança nos critérios da liberação de cargas de importação, houveram vários questionamentos sobre a mudança de status da carga de "verde" para "vermelho" e que essa demanda de interferências atrapalham a rotina de trabalho. Explanou que por motivo de sigilo e protocolo algumas informações não podem ser divulgadas, esclareceu que se há demora na liberação, faz parte do fluxo da demanda. Adicionou a informação que toda a região fiscal trabalha da mesma maneira. Sr. Gastão acrescentou que o movimento grevista que vem desde 2016, também afetou na fluidez da implementação da nova metodologia mencionada pelo Sr. Sandro, na BAGERGS como em outros recintos alfandegados. Ressaltou que as outras unidades iniciaram antes a trabalhar com o novo procedimento, assim adquirindo maior experiência. Explanou também que o Gabinete vem acompanhando mês a mês os indicadores de grau de fluidez na importação e quanto ao mês de dezembro de 2017 apresentou os seguintes números: 86% das declarações foram liberadas em 24h, equilibrando com os números dos demais Portos Secos. Sr. Dario fez a seguinte ponderação, algumas cargas que entram na BAGERGS passam de verde para vermelho e em Novo Hamburgo entram verde e são liberas. Quanto ao comentário do Sr. Dario, Sr. Gastão reitera a informação de que os outros Portos começaram a trabalhar com o novo modelo antes, adquirindo assim a prática dos procedimentos e adicionou que a Gestão de Riscos de Novo Hamburgo é diferente da de Canoas. Encerrou esse assunto dizendo que o objetivo da Superintendência é equalizar os procedimentos em todos os Portos Secos. Sr.

Emir comentou que em dezembro os indicadores trazidos pelo Sr. Gastão foram percebidos.

6. A Anvisa reporta algumas melhoras na prestação de serviço e de infraestrutura, porém avalia que o sistema de localização e movimentação de carga ainda não atende às boas práticas de armazenagem;

Manifestação na reunião: Sra. Rosemaria comentou que esse assunto já vem sendo apontado há algum tempo. Sugeriu que o sistema seja mais fino e ofereça a informação de quadra, coluna e fileira, hoje é oferecido somente quadra e armazém, ressaltou que a informação da quadra é muito amplo, pois há muitas caixas. Sobre esse tema Sr. Emir e Diretor Zilmino explicaram que atualmente o sistema utilizado ACAD necessita de customização para atender a demanda, porém a empresa está implantando no armazém geral com o Sistema de Gerenciamento de Armazém - WMS, onde a previsão é de que em fevereiro terá início a fase de teste do sistema de leitura por código de barras via Wi-Fi. Ao longo de 2018 o WMS irá para o entreposto. Sra. Luciana, ressaltou a respeito da demarcação e endereçamento, pois faz parte dos parâmetros de liberação da AFE de cosméticos. Sra. Rose finalizou dizendo que mesmo a carga estando na bancada para inspeção é necessário ter a rastreabilidade da mesma.

7. A Anvisa sugere ainda uma intensificação nos cuidados de armazenagem de produtos perigosos/inflamáveis, bem como a adequada higienização da área;

Manifestação na reunião: Sobre esse tema a Sra. Rosemaria relatou que em inspeção foi constatado que não está sendo efetuada a correta separação por classe, o que deveria ser feito por um profissional químico e que encontrou o lava olhos necessitando de melhor higiene. Comentou que o armazém deve receber mais cuidados. Diretor Zilmino informou sobre o relatório com avaliação de ações para atender aos requisitos de armazenagem elaborado pelo responsável técnico Fabiano e que de imediato serão tomadas as ações necessárias.

8. O despachante aduaneiro Sicex relata melhoras nas cobranças de armazenagem e movimentação de cargas;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o esse assunto.

9. Entretanto sugere que: I) No boleto de cobrança seja sempre mencionado o número da NF emitida pela Bagergs, pois os documentos não chegam juntos e pelo mesmo canal e II) na NF da Bagergs venha sempre destacado o número da DI ou MAWB/HAWB (ou documento de embarque correspondente), pois isto facilita a identificação do processo que está atrelado à cobrança;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o esse assunto.

10. O importador Vinhos do Mundo considera que os setores de faturamento e liberação de cargas deveriam ter uma melhor comunicação entre si, evitando cobranças indevidas e geração de boletos de cargas que já foram liberadas;

Manifestação na reunião: Sobre esse assunto Sr. Emir comentou ter sido uma situação pontual e que a mesma já foi solucionada.

11. O importador Vinhos do Mundo reclama dos procedimentos adotados pelo armazém 01, os quais obrigam o seu despachante aduaneiro a telefonar para tomar conhecimento da liberação de amostras. Considera que esta informação deveria lhe chegar de maneira antecipada. Relata, ainda, que o responsável nem sempre está disponível para atender a ligação telefônica;

Manifestação na reunião: Não houve manifestação sobre o esse assunto.

12. O importador Vinhos do Mundo considera excessivo o tempo despendido pelos funcionários do armazém 03 para analisar e liberar os documentos de importação. Reclama, ainda, da dificuldade em conseguir contato com o referido armazém após as 17 horas.

Manifestação na reunião: Sobre esse assunto Diretor Zilmino comenta que o horário de trabalho dos empregados dos armazéns é até às 17h30, porém em caso de necessidade pode ser estendido.

13. A Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês reclama da dificuldade de localização de cargas a serem vistoriadas.

Manifestação na reunião: Referente a esse assunto Sr. Bergamo relatou que recentemente houve uma situação de não encontrarem uma carga e que essa circunstância tem ocorrido com certa frequência.

Relacionamos a seguir os problemas que foram registrados em relatórios anteriores e que ainda permanecem pendentes de solução na presente avaliação:

1. Iluminação insuficiente no armazém 03.
2. Insegurança no trânsito dos usuários.

Foi adicionado o seguinte item citado na reunião:

3. Rastreabilidade no sistema.

Assuntos extras abordados: Sra. Rosemaria informou que a ANVISA está adotando um novo sistema de inspeção, o qual muda o modelo anterior onde os fiscais compareciam presencialmente na BAGERGS duas vezes por semana. Com o novo modelo a inspeção é feita a distância, a carga é inspecionada em outra unidade e assim, os fiscais farão a visita presencial só em caso de indicação do servidor que tenha vistoriado a carga no início do processo. Diante do exposto, explica que devido a menor frequência presencial na empresa, terá menos contato com os indicadores avaliados neste Relatório de Avaliação. Diretor Zilmino comentou

sobre o Relatório de Boas Práticas de Armazenagem, e que será dado maior atenção aos problemas relatados.

14. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e determinada a lavratura desta ata para os efeitos legais, que vai assinada pelos presentes, conforme lista de presenças, em anexo.


Sandro Martini Vargas
AFRFB - Matr. 66040
Chefe EAD/3 - IRF/POA (RS)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO PORTO SECO DE CANOAS/RS – BAGERGS

2º SEMESTRE/2017

Em conformidade com o previsto na cláusula quarta do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco (Contrato SRRF10 N° 06/2004) e com o artigo 21 da IN RFB nº 1.208/2011, procedi à avaliação dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas – Bagergs (Banrisul Armazéns Gerais S. A.), conforme descrito a seguir.

Responderam o formulário de avaliação doze avaliadores, sendo dois representantes dos Exportadores (AEL Sistemas S/A e A Buhler S/A), dois representantes dos Importadores (Forjas Taurus S/A e Vinhos do Mundo LTDA), dois representantes dos Transportadores (West Air Cargo e Transpallet), dois representantes dos Despachantes Aduaneiros (Bielog/Sicex e Twin Complexo Logístico), dois representantes da Receita Federal do Brasil (Auditor-Fiscal Sandro Martini Vargas – Chefe da EAD3 e Auditora-Fiscal Cristiane Maria Severgnini – Chefe da EAD7), um representante do Ministério da Agricultura (Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês) e um representante do órgão anuente ANVISA, Fiscal Rosemaria Timm.

Aos avaliadores foram entregues os formulários para a avaliação de quesitos relacionados à “Segurança Proporcionada aos Usuários e à Carga” – indicador UM, à “Infraestrutura da EADI” – indicador DOIS e às “Condições da Prestação de Serviços” – indicador TRÊS. Atribuí aos indicadores o mesmo peso, ou seja, o peso UM.

O indicador melhor avaliado foi o indicador **DOIS** que obteve a nota final **8,83**. Em segundo lugar, ficou o indicador **UM** com a nota final **8,54** e por último o indicador **TRÊS** com a nota final **8,50**. Todos os indicadores ficaram, portanto, com notas finais classificadas como sendo **SERVIÇOS BONS** a qualidade dos serviços prestados pelo permissionário BAGERGS no Porto Seco de Canoas/RS (serviços classificados com notas finais de 5 até 7 são considerados serviços regulares e os classificados com notas finais de 7 até 9 são considerados serviços bons).

A **NOTA FINAL geral** obtida na avaliação da qualidade dos serviços prestados pelo Porto Seco de Canoas/RS no Segundo Semestre/2017 foi de



8,62 (Serviços Bons), portanto uma nota final geral inferior à nota final geral obtida na avaliação do semestre anterior, ou seja, igual a **8,74** (avaliação feita em julho/2017). Como a nota final geral decresceu, podemos concluir que a BAGERGS teve um decréscimo na qualidade de seus serviços prestados aos usuários, ressaltando-se, ainda, a necessidade de se corrigir/melhorar os tópicos numerados, mencionados e descritos abaixo.

Os seguintes comentários foram feitos nos formulários de avaliação deste segundo semestre de 2017:

- 1) Reclamação quanto à deficiência dos sistemas de refrigeração dos armazéns. Apontado pelo despachante Twin e pelo importador Forjas Taurus S/A;
- 2) Iluminação insuficiente no armazém 03. Apontado pelo Auditor-Fiscal da RFB Sandro Martini Vargas e Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês;
- 3) Avaliação de que, em havendo aumento da demanda, o quadro de colaboradores da Bagergs tende a ser insuficiente. Apontado pelo Despachante Twin e pelo importador Forjas Taurus S/A;
- 4) Despachante Twin mostra preocupação com a segurança dos usuários, tendo em vista que o trânsito dos mesmos se dá próximo ou no caminho de máquinas e veículos;
- 5) Os Auditores-Fiscais da RFB Sandro Martini Vargas e Cristiane Maria Severgnini reputam exageradas as tentativas de interferência na liberação de cargas de importação;
- 6) A Anvisa reporta algumas melhoras na prestação de serviço e de infraestrutura, porém avalia que o sistema de localização e movimentação de carga ainda não atende às boas práticas de armazenagem;
- 7) A Anvisa sugere ainda uma intensificação nos cuidados de armazenagem de produtos perigosos/inflamáveis, bem como a adequada higienização da área;
- 8) O despachante aduaneiro Sicex relata melhoras nas cobranças de armazenagem e movimentação de cargas;
- 9) Entretanto sugere que: I) No boleto de cobrança seja sempre mencionado o número da NF emitida pela Bagergs, pois os documentos não chegam juntos e pelo mesmo canal e II) na NF da Bagergs venha sempre destacado o número da DI ou

MAWB/HAWB (ou documento de embarque correspondente), pois isto facilita a identificação do processo que está atrelado à cobrança;

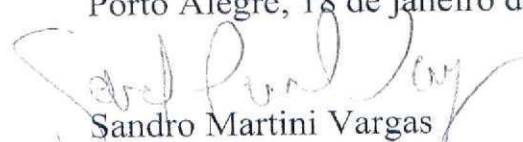
- 10) O importador Vinhos do Mundo considera que os setores de faturamento e liberação de cargas deveriam ter uma melhor comunicação entre si, evitando cobranças indevidas e geração de boletos de cargas que já foram liberadas;
- 11) O importador Vinhos do Mundo reclama dos procedimentos adotados pelo armazém 01, os quais obrigam o seu despachante aduaneiro a telefonar para tomar conhecimento da liberação de amostras. Considera que esta informação deveria lhe chegar de maneira antecipada. Relata, ainda, que o responsável nem sempre está disponível para atender a ligação telefônica;
- 12) O importador Vinhos do Mundo considera excessivo o tempo despendido pelos funcionários do armazém 03 para analisar e liberar os documentos de importação. Reclama, ainda, da dificuldade em conseguir contato com o referido armazém após as 17 horas.
- 13) A Auditora-Fiscal Agropecuário Consuelo Cortês reclama da dificuldade de localização de cargas a serem vistoriadas.

Relacionamos a seguir os problemas que foram registrados em relatórios anteriores e que ainda permanecem pendentes de solução na presente avaliação:

1. Iluminação insuficiente no armazém 03.
2. Insegurança no trânsito dos usuários.
3. Dificuldade na localização de cargas a serem vistoriadas.

Este é o relatório.

Porto Alegre, 18 de janeiro de 2018.



Sandro Martini Vargas

Auditor-Fiscal da RFB Mat. Nº 66.040

Fiscal do Contrato SRRF10 nº 06/2004

Portaria IRF/POA nº 14 de

16/março/2015.



Coordenação Geral de Programação e Logística - Copol
Coordenação de Recursos Materiais - Comat
Receita Federal Divisão de Contratos - Dicon



Processo nº: 11080 010899/2003-01
Interessado: SRRF10
Assunto: Aprovação de Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco de Canoas/RS.

Tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86, e tendo em vista a Delegação de Competência de que trata a Portaria SRF nº 165/2003, encaminho o presente processo ao Senhor Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal, submetendo à sua aprovação o Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco de Canoas/RS, em caráter emergencial, e sujeito à condição resolutive expressa, celebrado entre a União, representada pela Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, e a empresa BANRISUL ARMAZENS GERAIS S/A, CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, às fls. 251/269.

Brasília/DF, 01 de dezembro de 2003.

JOSE KIBANA Mendes Diniz
ME/SRRF-COPOL
Coordenador-Geral

De conformidade com o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e tendo em vista a Delegação de Competência de que trata a Portaria SRF nº 165/2003,

APROVO o Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Porto Seco de Canoas/RS, em caráter emergencial, e sujeito à condição resolutive expressa, celebrado entre a União, representada pela Superintendência Regional da Receita Federal na 10ª Região Fiscal, e a empresa BANRISUL ARMAZENS GERAIS S/A, CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, às fls. 251/269.

Brasília/DF, 01 de dezembro de 2003.

EXPEDITO JOSÉ DE VASCONCELOS GONÇALVES
Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal
Delegação de Competência Portaria SRF nº 165/2003



Secretaria da Receita Federal - SRF
Coordenação-Geral de Programação e Logística - Copol
Coordenação de Recursos Materiais - Comat
Divisão de Contratos - Dicon



Processo nº : 11080.003683/2002-09
Interessado : SRRF 10 RF
Assunto : Aprovação do Contrato - SRRF 10 RF / BANRISUL ARMAZÊNS

De conformidade com o disposto no inciso I do artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23/12/86 e considerando a delegação de competência constante da Portaria SRF nº 165, de 06/02/2003, encaminhamos o presente processo ao Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal, para fins de aprovação do Contrato nº 06/2004 que tem por objeto deferir a Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Canoas/RS, para carga geral, celebrado em 24/09/2004, entre a União, representada pela SRRF 10 RF e a empresa, BANRISUL ARMAZÊNS GERAIS S/A - CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, constante das fls. 2026 a 2048.

Brasília/DF, 09 de outubro de 2004.


José Bamar Mendes Diniz
Coordenador-Geral de Programação e Logística

De conformidade com o disposto no inciso I do Artigo 33 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986,

Aprovo o Contrato nº 06/2004, celebrado em 24/09/2004 entre a União, representada pela SRRF 10 RF e a empresa, BANRISUL ARMAZÊNS GERAIS S/A - CNPJ/MF nº 92.721.232/0001-57, cujo objeto é deferir a Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias no Porto Seco de Canoas/RS, para carga geral, constante das fls. 2026/2048.

Brasília/DF, 09 de outubro de 2004.


Expedito José de V. Gonçalves
Chefe de Gabinete do Secretário da Receita Federal